



Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337
Blumenau, v. 9, n. 2, p. 174-194, abr./jun., 2013

doi:10.4270/ruc.2013218
Disponível em www.furb.br/universocontabil



CAPITAL INTELECTUAL: PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM EMPRESAS PORTUGUESAS ¹

INTELLECTUAL CAPITAL: INFORMATION DISCLOSURE PRACTICES BY PORTUGUESE COMPANIES

CAPITAL INTELECTUAL: PRÁCTICAS DE DIFUSIÓN DE LA INFORMACIÓN EN COMPAÑÍAS PORTUGUESAS

Juliana Catarina Santos Cruz

Mestre em Contabilidade e Finanças pela
Escola Superior de Ciências Empresariais do
Instituto Politécnico de Setúbal
Endereço: Parque Ind. Batel, Rua da Braciera, 31
CEP: 2890-909 – Alcochete - Portugal
E-mail: julianacruz360@gmail.com
Tel.: +351 93 610 29 31

Maria Teresa Venâncio Dorez Alves

Doutora em Gestão (especialidade Contabilidade) pelo
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
Professora Coordenadora da Escola Superior de Ciências Empresariais do
Instituto Politécnico de Setúbal.
Endereço: Campus do IPS – Estefanilha
CEP: 2914-503 – Setúbal - Portugal
E-mail: teresa.alves@esce.ips.pt
Tel.: +351 26 570 93 64

RESUMO

Tem-se verificado um *gap* entre o valor contabilístico de uma organização e o seu valor de mercado. Uma das principais razões para esse *gap* parece residir na dificuldade de reconhecimento e mensuração do capital intelectual. Este engloba, também, intangíveis que não são reconhecidos na contabilidade, por não cumprirem os requisitos do normativo aplicável, mas que criam valor. Daí a relevância da sua divulgação. O objetivo principal deste estudo é a análise das práticas e determinantes da divulgação de informação sobre capital intelectual por parte das organizações da amostra. Destaca-se, ainda, o papel da teoria na tentativa de explicação da divulgação voluntária deste tipo de informação. Utiliza-se a análise

¹ Artigo recebido em 25.09.2012. Revisado por pares em 27.03.2013. Reformulado em 24.05.2013. Recomendado para publicação em 08.06.13 por Carlos Eduardo Facin Lavarda. Publicado em 30.06.2013. Organização responsável pelo periódico: FURB.

de conteúdo para proceder à recolha de dados sobre capital intelectual. Testa-se a relação entre a dimensão, o setor de atividade, a idade e o coeficiente de endividamento de cada organização e o nível de divulgação de informação relativa ao capital intelectual e os seus componentes (capital humano, capital relacional e capital estrutural). Aplica-se a regressão logística para validar as hipóteses. Verifica-se, com base numa amostra composta por catorze empresas com títulos cotados na bolsa de Lisboa em 2009 que o sinal das relações entre as variáveis explicativas e as explicadas é, na maioria dos casos, positivo. Contudo, foi reduzido o número de relações estatisticamente significativas encontradas. No entanto, através dos resultados da análise de conteúdo, constata-se que as organizações em estudo evidenciam o relevo dado à informação sobre capital intelectual.

Palavras-chave: capital intelectual, divulgação de informação, análise de conteúdo.

ABSTRACT

As time went on, people acknowledged that the accounting value of an organization differs from its market value and that this gap stems, in part, from the difficulty of recognition and measurement of intangible assets. Intellectual capital encompasses also the intangible assets that are not recognized due to the fact that they do not satisfy the conditions of the applied accounting standards. Yet, they create value. Therefore, its disclosure is relevant. The main purpose of this study is to analyze the practices of intellectual capital information disclosure of the organizations in the selected sample and its determinants. We highlight the role of theory in explaining the voluntary disclosure of this specific type of information. We used content analysis to collect the data about intellectual capital and to develop the descriptive and statistical analysis. We tested the relationship between size, industry, age and debt ratio of each organization and the level of disclosure about intellectual capital and its components. We applied logistic regression to validate the hypotheses. Based on the sample composed by fourteen listed companies in Euronext Lisbon in 2009, we noticed that the sign of the relationship between the explanatory variables and those which have been explained is, generally, positive. However, we found out a small number of statistically significant relationships. The results of content analysis show that the organizations studied emphasize intellectual capital information.

Keywords: intellectual capital, information disclosure, content analysis.

RESUMEN

Ha habido una brecha entre el valor contable de una organización y su valor de mercado. Una de las principales razones de esta diferencia parece ser la dificultad de reconocimiento y medición del capital intelectual. Esto también incluye, intangibles que no son reconocidos por no cumplir con los requisitos del normativo aplicable, todavía crean valor. De ahí la importancia de la divulgación. El objetivo principal de este estudio es analizar las prácticas y los determinantes de la divulgación de información sobre capital intelectual pelas organizaciones en la muestra. También destacar el papel de la teoría en un intento de explicar la revelación voluntaria de información. Usamos el análisis de contenido para recopilar datos sobre el capital intelectual. Pusimos a prueba la relación entre el tamaño, sector, edad y la proporción de deuda y el nivel de difusión de información de cada organización sobre capital intelectual y sus componentes (capital humano, capital estructural y capital relacional). Se aplicó la regresión logística para validar las hipótesis. En base en una muestra de catorce compañías cotizadas en Euronext Lisboa en 2009, encontramos, en la mayoría de los casos, la señal positiva de las relaciones entre las variables explicativas y

explicadas. Sin embargo, se ha encontrado un reducido número de relaciones estadísticamente significativas. Todavía, a través de los resultados del análisis de contenido, se encontró que las organizaciones bajo estudio demuestran la importancia dada a la información sobre capital intelectual.

Palabras clave: *capital intelectual, la difusión de información, análisis de contenido.*

1 INTRODUÇÃO

Face ao clima de crescente competitividade, as organizações deverão apostar na gestão estratégica do conhecimento, como elemento potenciador de diferenciação e do aumento da produtividade. Para que as organizações estejam aptas para atuar em condições competitivas, nos atuais mercados globalizados, o capital intelectual tem de ser reconhecido enquanto elemento fundamental de criação de valor (BUKH, 2003; HOLLAND, 2003).

Perante a dificuldade na divulgação de determinados componentes que caracterizam o funcionamento da organização, tornou-se fundamental a reflexão sobre a necessidade de encontrar meios eficazes de divulgação de informação sobre capital intelectual. Neste aspecto, o estudo de Guthrie e Petty (2000) representou um verdadeiro ponto de viragem e serviu de inspiração a muitos outros estudos.

O “conhecimento”, embora não seja um termo novo no vocabulário empresarial, desde a década de 90, começou a ser considerado como um ativo gerador de valor (STEWART, 1997). Lev (2001) defende que tal facto se deve à globalização dos mercados, provocando a necessidade de criação de vantagens competitivas face à concorrência e, por outro lado, do aproveitamento das sinergias da evolução tecnológica e organizacional.

A criação de valor numa organização deixou de depender apenas dos seus recursos financeiros e tangíveis. Assim, os ativos intangíveis passaram a ter um papel fundamental na determinação do valor real de uma organização. Estudos como o de Cuganesan, Petty e Finch (2006) demonstram que existe um *gap* entre a quantia escriturada de uma organização e o seu valor de mercado.

Os estudos em torno dos fatores explicativos da divulgação de informação sobre capital intelectual não são consensuais e sobre a realidade portuguesa são escassos (e.g. OLIVEIRA; RODRIGUES; CRAIG, 2006; GOMES; SERRA; FERREIRA, 2007), o que torna aliciente procurar contribuir para o conhecimento dessa mesma realidade. O objetivo principal do presente estudo é a análise das práticas e determinantes da divulgação de informação sobre capital intelectual por parte das organizações da amostra. Pretende-se, assim, desenvolver uma compreensão das práticas de divulgação de informação sobre capital intelectual, em organizações com títulos cotados na Euronext Lisboa, e verificar o seu nível, relativamente aos três componentes principais: Capital Estrutural, Capital Relacional e Capital Humano. À semelhança de outros estudos, são formuladas hipóteses que testam as relações referidas.

Usa-se a análise de conteúdo como técnica de recolha de dados; os relatórios de gestão das organizações que integram a amostra como objetos da análise; a frase como unidade de análise; e os componentes do capital intelectual como categorias. A amostra, constituída por catorze organizações (em conjunto são representativas dos respetivos setores de atividade ao nível nacional), foi dividida em organizações financeiras e organizações não financeiras. Esta segmentação foi efetuada na expectativa de serem encontradas diferenças significativas nas práticas de divulgação de informação sobre capital intelectual entre os dois grupos de organizações. Espera-se, assim, encontrá-las entre setores de atividade mais e menos intensivos neste tipo de capital. Foram definidos três índices que permitiram aplicar a regressão logística para cada uma das hipóteses formuladas e validá-las ou não, consoante os resultados obtidos.

Este estudo está estruturado em cinco pontos. No ponto 2, revisão de literatura, efetuada com base, sobretudo, em artigos científicos obtidos a partir das bases ProQuest e B-On, são apresentados os conceitos de capital intelectual e seus componentes, discorre-se sobre a dificuldade da sua mensuração, controlo e reconhecimento na contabilidade. Mencionam-se alguns estudos anteriores sobre esta temática, em que são referidos padrões de divulgação e os fatores que influenciam o nível de divulgação de informação sobre capital intelectual. Aborda-se, ainda, algumas teorias que procuram explicar a divulgação voluntária de informação (e.g.: teoria da sinalização, teoria da agência). No ponto 3, metodologia, é efetuada a descrição da amostra, são expostas as hipóteses que analisam a relação entre os fatores explicativos (dimensão, setor de atividade, idade da organização e coeficiente de endividamento) e o nível de divulgação de informação sobre capital intelectual e os seus componentes. Ainda neste ponto são referidas as técnicas de recolha de dados e as técnicas estatísticas adotadas. No ponto 4, análise e discussão dos resultados, são apresentados e comentados os resultados obtidos através da análise de conteúdo e da aplicação da regressão logística. Finalmente, no ponto 5, são referidas algumas notas conclusivas, limitações do estudo e linhas possíveis de investigação futura.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Capital intelectual e seus componentes

No contexto atual, as vantagens competitivas decorrem da gestão dos ativos baseados no conhecimento, nomeadamente os projetos de desenvolvimento, gestão dos processos organizacionais, patentes, *know-how*, propriedade industrial, patentes, capacidades dos colaboradores, entre outros (MOHD-SALEH; RAHMAN, 2009).

Seetharaman, Sooria e Saravanan (2002) consideram que se presencia uma mudança para uma economia direcionada para o conhecimento, com a consciência que o mesmo se tornará um ativo estrutural na criação de valor para uma organização. León (2013, p. 917) defende mesmo que “no século XXI as organizações enfrentam um desafio surpreendente: a obrigatoriedade de avaliar em termos de conhecimento, considerando o capital intelectual como ativos intangíveis e o fator principal que agrega valor às organizações atuais”.

Enquadrado no paradigma vigente da gestão do conhecimento, o capital intelectual assume-se como um ativo que proporciona a transformação da informação em conhecimento. São poucas as organizações que adotam métodos de mensuração dos componentes do capital intelectual visando a prossecução de uma divulgação mais fiável junto dos *stakeholders* (GUTHRIE; PETTY, 2000). O maior desafio parece passar pelo estabelecimento de um consenso sobre a necessidade de divulgar, o que divulgar e como divulgar. É, também, reduzido o número de organizações que efetuam divulgação voluntária de informação sobre ativos intangíveis, mas geralmente quando o fazem, utilizam os relatórios de gestão e os anexos aos mesmos (CAMPBELL; RAHMAN, 2010). Além de que existem ativos intangíveis que, apesar de gerarem valor, por não satisfazerem os requisitos do normativo aplicável, não são reconhecidos contabilisticamente. Consequentemente, não figuram nas demonstrações financeiras das organizações. Muitos desses intangíveis dificilmente poderão ser mensurados com fiabilidade ou satisfarão condições como o controlo por parte da entidade.

Abeysekera (2007) refere que a adoção das normas internacionais de contabilidade do *International Accounting Standards Board* (IASB) e as demonstrações financeiras que delas resultam, tendo em conta o princípio da prudência por elas recomendado tem aumentado a diferença entre o valor contabilístico e o valor real da organização.

Relativamente ao reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis, a *International Accounting Standard* (IAS) 38 (§18) refere que, para reconhecer um elemento como ativo intangível, a entidade tem de demonstrar que este satisfaz simultaneamente a definição de ativo intangível e os critérios de reconhecimento. O parágrafo vinte e um da mesma norma dispõe que um ativo intangível deve ser reconhecido se, e apenas se, for provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado. Ora, daqui resultam diversas dificuldades para o reconhecimento do capital intelectual, destacando-se, mais uma vez, a que se refere à questão do controlo pela entidade.

Provavelmente, no sentido de colmatar as necessidades de informação dos utilizadores e tendo em conta as restrições mencionadas quanto ao reconhecimento, a IAS 38 prevê (§§126 a 128) a divulgação ou a possibilidade de divulgação de informação relativa aos dispêndios de pesquisa e desenvolvimento e uma breve descrição de ativos intangíveis significativos controlados pela entidade mas que não são reconhecidos como ativos, em virtude de não satisfazerem os critérios de reconhecimento previstos nesta norma. Desta forma, verifica-se que o IASB reconhece a existência de ativos intangíveis que não são objeto de registo contabilístico. Assim, importa refletir sobre o conceito de capital intelectual. Existem múltiplas definições, em geral, com uma característica comum: a capacidade dos recursos que constituem este tipo de capital gerar valor (MOHD-SALEH; RAHMAN, 2009). Para Ricceri (2008) o capital intelectual pode ser definido como os recursos intelectuais ou do conhecimento existentes numa organização, num determinado período de tempo. Estes recursos são utilizados e interagem entre si, principalmente com os ativos tangíveis, para a prossecução dos objetivos da organização. Ou seja, o capital intelectual resulta da combinação dos recursos intangíveis e das atividades que permitem às organizações transformar um conjunto de recursos materiais, financeiros e humanos num sistema capaz de criar valor para o *stakeholder* (European Comission, 2005).

Marr *et al* (2004), por seu lado, definem capital intelectual como um conjunto de ativos "conhecimento" que promovem vantagem competitiva e proporcionam valor adicional aos principais *stakeholders*, nomeadamente os investidores. Para Marr *et al.* (2004) o capital intelectual pode ser uma fonte de vantagem competitiva para as empresas e estimular a inovação que conduz à geração de riqueza. Mas, ao longo do tempo, nos diferentes estudos sobre capital intelectual, o conceito tem vindo a ser aprofundado e detalhados os seus componentes (JARDON; MARTOS, 2012; PETTY; RICCERI; GUTHRIE, 2008; BEATTIE; THOMSON, 2007; MOURITSEN; BUKH; BANG, 2005; GUTHRIE *et al.*, 2004; BOZZOLAN; FAVOTTO; RICCERI, 2003; ORDONEZ DE PABLOS, 2002; BRENNAN, 2001; GUTHRIE; PETTY, 2000; STEWART, 1997), tendo sido encontrado um consenso quanto ao facto de o capital intelectual ser caracterizado como um modelo constituído por três componentes: Capital Humano, Capital Relacional e Capital Estrutural. Porém, convém salientar que, tal como defendem Ramirez *et al* (2007, p. 734), o capital intelectual é mais do que a simples soma dos seus componentes. Tem a ver com a forma como em conjunto contribuem para a criação de valor na organização e para o aproveitamento das oportunidades melhor do que os concorrentes.

De acordo com Guthrie e Petty (2000), o capital humano corresponde à formação dos colaboradores, competências, valores, experiência e aprendizagem continua. Por sua vez, o capital relacional integra as relações existentes entre a organização e os clientes e fornecedores, a marca comercial e a reputação que detém no mercado. Finalmente, o capital estrutural compreende os valores organizacionais, os mecanismos de proteção da propriedade intelectual, os procedimentos de Investigação & Desenvolvimento (I&D) e os sistemas de gestão da informação.

O capital humano é caracterizado como o conjunto das capacidades e competências dos colaboradores da organização, conseqüentemente, não deve ser considerado propriedade da mesma, apesar de ser o seu "motor de atuação" (PETTY; CUGANESAN, 2006). Daí a impossibilidade de controlo e a dificuldade de mensuração dos seus elementos. Justifica-se, assim, a dificuldade de reconhecer na contabilidade este tipo de capital, por exemplo: "Uma entidade pode ter uma equipa de pessoal habilitado e pode ser capaz de identificar capacidades incrementais do pessoal que conduzam a benefícios económicos futuros derivados da formação. A entidade pode, também, esperar que o pessoal continue a pôr as suas capacidades ao dispor da entidade. Porém, geralmente uma entidade não tem controlo suficiente sobre os benefícios económicos futuros provenientes de uma equipa de pessoal habilitado e da formação para que estes itens satisfaçam a definição de um ativo intangível" (IAS 38, §15).

O capital relacional consiste nas relações que a organização mantém com os *stakeholders*, principalmente os externos, nomeadamente os clientes e fornecedores, e incorpora métodos de salvaguarda e valorização dessas mesmas relações através de marcas registadas e parcerias (PETTY; CUGANESAN, 2006). Campbell e Rahman (2010) e Whiting e Miller (2008) defendem, que na maioria dos casos, esta é a componente mais divulgada do capital intelectual. No mesmo sentido, Guthrie e Petty (2000) referem que os elementos do capital relacional são os mais divulgados, o que não surpreendeu os autores, uma vez que as organizações apostam na gestão dos canais de distribuição, na redefinição dos canais criadores de valor para as organizações e na reavaliação do valor dos clientes. Os elementos deste tipo de capital são de difícil mensuração. Tal como dispõe a IAS 38 (§16): "Uma entidade pode *ter* uma carteira de clientes ou uma quota de mercado e esperar que, devido aos seus esforços para criar relacionamentos e fidelizar clientes, estes continuarão a negociar com a empresa. Porém, na ausência de direitos legais para proteger, ou de outras formas controlar, o relacionamento com clientes ou a sua fidelidade para com a entidade, a entidade geralmente não tem controlo suficiente sobre os benefícios económicos esperados derivados do relacionamento e fidelização dos clientes para que tais itens (por exemplo, carteira de clientes, quotas de mercado, relacionamento com clientes e fidelidade dos clientes) satisfaçam a definição de ativos intangíveis".

O capital estrutural refere-se ao conhecimento advindo dos processos e estruturas existentes na organização (PETTY; CUGANESAN, 2006). Consiste em dois elementos fundamentais: a propriedade intelectual (patentes, marcas registadas, *copyrights*) e a infraestrutura de ativos (valores, processos e sistemas quotidianos), que pertencem à organização (WOODCOCK; WHITING, 2009). De acordo com a IAS 38 (§13): "Uma entidade controla um ativo se a entidade tiver o poder de obter benefícios económicos futuros que fluam do recurso subjacente e puder restringir o acesso de outros a esses benefícios. A capacidade de uma entidade controlar os benefícios económicos futuros de um ativo intangível enraíza-se nos direitos legais que sejam impuníveis num tribunal". Daí a necessidade de proteger estes ativos. Ora, não existem mecanismos suficientes e válidos para proteger todos os elementos do capital estrutural.

2.2 Estudos anteriores

Dada a sua relevância, são muitos os estudos sobre o tema do capital intelectual e, particularmente, sobre a problemática da divulgação da informação. Segundo Bhasin (2011, p. 60) alguns dos primeiros estudos sobre divulgação de capital intelectual, amplamente referidos na literatura, foram efetuados na Austrália, Reino Unido e Irlanda, Suécia, Canadá, Malásia, Sri Lanka, Nova Zelândia, Bangladesh e Índia. A maior parte desses estudos são específicos de um país (e.g.: Itália -BOZZOLAN et al., 2003; Austrália – GUTHRIE;

PETTY, 2000; Reino Unido - WILLIAMS, 2001). Mais recentemente, no mesmo sentido, por exemplo, Ritta et al. (Brasil - 2010) e Bhasin (Índia - 1011).

Guthrie e Petty (2000) defendem que se a informação sobre capital intelectual não for divulgada, existe um determinado nível de risco que não é considerado pelos gestores e restantes *stakeholders*, pelo que o valor da organização não é real. Guthrie, Petty e Ricceri (2006) referem que a reduzida divulgação de informação sobre capital intelectual, se deve ao facto dos valores monetários não serem rigorosos e não proporcionarem utilidade para os utilizadores da informação, uma vez que não permitem comparações entre organizações.

A mensuração pode ser complexa, daí a existência de várias propostas de modelos que procuram o eficaz reconhecimento e mensuração dos ativos constituintes do capital intelectual. No entanto, autores como Oliveras *et al.* (2008) defendem que os modelos de mensuração do capital intelectual se baseiam em pressupostos questionáveis, relacionados com a eficiência dos mercados e com os critérios de mensuração dos ativos. Alguns exemplos destes modelos são, segundo Matos e Lopes (2008): o *Balanced Scorecard* de Kaplan e Norton (1992); *Technology Broker* de Brooking (1996); *Skandia Value Scheme* de Edvinsson e Malone (1997); *Intellectual Capital - Index de Roos et al* (1997); *Intangible Assets Monitor* de Sveiby (1997); *Economic Value Added* (EVA) de Bontis *et al* (1999); Metodologia *IC Accounting System* de Mouritsen *et al.* (2001); Metodologia *Intellectual Capital Benchmarking System* de Viedma (2001); Metodologia *Value Explorer* de Andriessen (2004). Com o mesmo objetivo Joshi *et al.* (2013) e Nazari e Herremans (2007) usaram o modelo *Value Added Intellectual Coefficient* (VAIC).

Petty, Ricceri e Guthrie (2008) defendem que as organizações não divulgam voluntariamente informação por duas razões específicas: a falta de uma metodologia que seja consistente e transversal a todas as empresas e a dificuldade em aferir valores que expressem fidedigna e significativamente os componentes do capital intelectual. A mudança necessária, segundo os autores não passa pela divulgação de informação sobre capital intelectual de forma voluntária por parte de um número maior de empresas, mas sim por um consenso entre os *stakeholders* sobre o tipo de informação que desejam que seja divulgada e que considerem verdadeiramente significativa para a tomada de decisão.

Guthrie e Petty (2000) verificaram que os principais componentes do capital intelectual não são divulgados de uma forma consistente e padronizada. Daí que considerem imperativo uma mudança que permita o consenso acerca do que divulgar e como divulgar. Kamath (2008) refere que os investigadores ainda não alcançaram o consenso. Contudo, existe uma pequena esperança de que a divulgação de informação sobre capital intelectual seja feita de forma consensual e *standardizada*, sem intervenção de entidades reguladoras. Caso tal aconteça, o passo seguinte seria determinar os modelos a utilizar (GUTHRIE; PETTY, 2000).

Sonnier, Carson e Carson (2007) debruçaram-se sobre a análise do impacto do fator dimensão e do fator idade, na divulgação de informação sobre capital intelectual. Estes autores sugerem que as organizações mais jovens divulgarão mais informação sobre capital intelectual para compensar as falhas dos atuais modelos contabilísticos que quantificam, apenas, as despesas relativas a ativos que requerem investimento em recursos de componente intelectual e figuram nas demonstrações financeiras das organizações. Por outro lado, as organizações que se encontram numa fase mais avançada do seu ciclo de vida, a maturidade, divulgam mais informação sobre capital intelectual, para manter uma imagem de transparência junto dos *stakeholders* externos.

Bruggen, Vergauwen e Dao (2009), analisaram os possíveis determinantes da divulgação de informação sobre capital intelectual nos relatórios e contas de empresas australianas. Verificaram que o setor de atividade influencia a divulgação de informação sobre capital intelectual. Contudo, não encontraram qualquer relação entre o nível de informação

assimétrica e a divulgação de informação sobre este tipo de capital. A motivação das organizações em divulgar informação de forma voluntária é explicada por diversas teorias, como por exemplo, a teoria da sinalização e a teoria de agência. De acordo com estas teorias existe assimetria de informação, pois os utilizadores internos conhecem melhor a situação da entidade do que aqueles que são externos à mesma.

Quando os órgãos de gestão optam por divulgar informação credível, acaba por ser reduzida a incerteza junto dos *stakeholders* externos. Como os modelos contabilísticos ainda não fornecem informação completa sobre o capital intelectual da organização, a divulgação voluntária passa por ser uma das formas de colmatar esta assimetria (SONNIER; CARSON; CARSON, 2007). Mas, para Nazari e Herremans (2007, p. 598) as duas teorias mais amplamente usadas para justificar a divulgação do capital intelectual pelas empresas nos seus relatórios e contas são a teoria da legitimidade e a teoria do *stakeholder*. Com base na primeira, uma organização relataria voluntariamente as suas atividades se a gestão percebesse que as atividades particulares eram esperadas pelas comunidades nas quais as organizações se inserem. De acordo com a segunda teoria, os gestores devem formular e implementar estratégias para satisfazer os grupos que têm interesse na empresa.

Williams (2001) testou cinco fatores determinantes da divulgação de informação sobre capital intelectual: a dimensão, o setor de atividade, a imagem, a *performance* do capital físico e a capacidade de alavancagem. O autor refere que quando uma organização tem a perceção de que detém e atua com elevados níveis de capital intelectual, pode optar por não divulgar informação para salvaguardar a sua vantagem competitiva, até porque perante a revolução tecnológica e a mobilidade dos colaboradores, a transferência de informação é cada vez mais rápida.

Guthrie, Petty e Ricceri (2006) investigaram a influência de fatores como a dimensão, o setor de atividade e a idade no nível de divulgação de informação voluntária sobre capital intelectual efetuada pelas organizações. No ponto seguinte, procura-se descrever os aspetos fundamentais do estudo desenvolvido.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa assume um carácter bibliográfico e documental (usa-se os relatórios e contas das empresas), segue uma abordagem qualitativa e tem objetivos descritivos. O tratamento dos dados é efetuado através da análise de conteúdo, tendo como objeto os relatórios e contas das empresas da amostra. Este método visa determinar a presença de palavras, conceitos e/ou frases no texto, relacionados com determinados temas específicos. De acordo com Guthrie e Petty (2000), esta análise consiste numa técnica de recolha de dados que envolve a codificação qualitativa e quantitativa da informação relativa a categorias pré-definidas, de modo a definir padrões de divulgação e apresentação de informação. Envolve a leitura dos relatórios anuais ou seções selecionadas para cada organização da amostra, seguida da codificação da informação contida, de acordo com o padrão de indicadores/atributos definidos.

O objetivo geral do presente estudo consiste em verificar as práticas de divulgação de informação sobre capital intelectual por parte das empresas que integram a amostra. Especificamente, testar eventuais relações entre determinadas variáveis e esse nível de divulgação. Para o efeito, tal como Bhasin (2011), parte-se da literatura anterior sobre práticas de divulgação do capital intelectual, com o foco em empresas de tecnologias de informação, mas no caso presente, também sobre empresas de telecomunicações e da banca comercial, no sentido de atingir os objetivos definidos.

Este estudo incide, assim, sobre catorze empresas dos setores da banca comercial, tecnológico e das telecomunicações. No entanto, os últimos dois setores são estudados como se de um único se

tratasse, por razões que se prendem com o equilíbrio na organização/dimensão da amostra e por se considerar que ao nível da divulgação de informação sobre capital intelectual existe, entre eles, alguma similitude. A amostra foi segmentada em dois grupos: as organizações financeiras (banca comercial) e as organizações não financeiras (tecnológico e telecomunicações). Porém, com base nesta segmentação, o estudo foi apenas de carácter descritivo. O setor da banca comercial, conforme referem Khan e Ali (2010) é um setor pouco estudado no âmbito da divulgação de informação sobre capital intelectual.

À semelhança de Williams (2001, p. 10) optou-se por utilizar, apenas, empresas com títulos cotados em bolsa, porque, de acordo com o autor, estas organizações são alvo de elevado escrutínio por parte da entidade reguladora dos mercados de capitais e estão sujeitas ao cumprimento de procedimentos de divulgação de informação. Foram definidas hipóteses de estudo, relacionadas com as seguintes variáveis: dimensão, setor de atividade, idade da organização e coeficiente de endividamento:

a) Dimensão

White, Lee e Tower (2007), entre outros fatores utilizaram a dimensão como fator determinante de divulgação de informação sobre capital intelectual e encontraram uma relação positiva entre a dimensão e o nível de divulgação de informação sobre capital intelectual.

An, Davey e Eggleton (2011) verificaram que, em geral, as organizações que proporcionavam níveis mais elevados de divulgação de informação sobre capital intelectual nos seus relatórios e contas eram as de maior dimensão. Segundo Williams (2001) as empresas de maior dimensão tendem a deter um grupo de *stakeholders* maior que, estando interessado na informação divulgada, obriga a existência de canais de informação formais. An, Davey e Eggleton (2011) salientam, ainda, o facto de as grandes empresas serem, normalmente, ricas em várias formas de capital intelectual e, por isso, ser esperado que divulguem mais este tipo de informação.

A dimensão de uma organização pode influenciar a divulgação, pois as maiores disporão, naturalmente, de maiores recursos e, em geral, os seus *stakeholders*, particularmente, os investidores, são mais exigentes quanto à transparência informativa. Desta forma, tal como An, Davey e Eggleton (2011), Bozzolan, O'Regan e Ricceri (2006), Guthrie, Petty e Ricceri (2006), Oliveira, Rodrigues e Craig (2006) e Shareef e Davey (2005), espera-se que quanto maior a dimensão da organização, maior o nível de divulgação de informação sobre capital intelectual. Contudo, nos estudos efectuados por Williams (2001) e Bukh *et al* (2005), esta relação não se revelou significativa. Considerando a variável dimensão, foram colocadas as seguintes hipóteses:

H₁: A **dimensão** de uma organização está positivamente relacionada com o grau de divulgação de informação relativa ao capital intelectual.

H₁₁: A **dimensão** de uma organização está positivamente relacionada com o grau de divulgação de informação relativa ao capital estrutural.

H₁₂: A **dimensão** de uma organização está positivamente relacionada com o grau de divulgação de informação relativa ao capital relacional.

H₁₃: A **dimensão** de uma organização está positivamente relacionada com o grau de divulgação de informação relativa ao capital humano.

b) Setor de Atividade

An, Davey e Eggleton (2011) não encontraram uma influência significativa do setor de atividade sobre as práticas de divulgação do capital intelectual. Os autores consideram que uma explicação possível seria relacionada com o facto de o nível de divulgação sobre capital intelectual pelas empresas da amostra, no período, ser reduzido. Porém, outros estudos anteriores, como por exemplo: Bozzolan, Favotto e Ricceri (2006), Petty e Cuganesan (2006) e Guthrie, Petty e Ricceri (2006) verificaram aquela relação.

Tendo em conta a perspetiva do capital intelectual, os setores de atividade baseados neste tipo de capital tendem a estar mais sujeitos ao escrutínio dos *stakeholders*. No entanto, de acordo com Williams (2001), não existe, ainda, um consenso na comunidade científica, sobre quais os setores de atividade que devem ser considerados como capital intelectual intensivos. Como este capital tem grande relevância nos setores tecnológicos, pela necessidade constante de I&D, espera-se que as organizações com estas características sejam mais propensas à divulgação de informação. Bukh *et al.* (2005) demonstraram que as organizações que geralmente suportam a sua atividade nos ativos intangíveis necessitam de divulgar muito mais informação não-financeira.

Assim, a expectativa é de que quanto maior a especialização do setor de atividade da organização, maior o nível de divulgação de informação sobre capital intelectual. O setor de atividade enquanto variável qualitativa, no presente estudo será, apenas, sujeito a análise descritiva. A opção pelos setores da banca comercial, tecnológico e de telecomunicações prende-se com a expectativa de se encontrarem diferenças nos níveis de divulgação de informação sobre capital intelectual, pois considera-se que o setor tecnológico e o setor de telecomunicações dependem de um investimento mais intenso em conhecimento e susceptível de proporcionar vantagem competitiva, em comparação com os restantes setores (GUTHRIE; PETTY; RICCERI, 2006).

As hipóteses foram formuladas, à semelhança de Bruggen, Vergauwen e Dao (2009), partilhando da expectativa de que as organizações não financeiras da amostra apresentem um maior nível de divulgação de informação sobre capital intelectual do que as organizações financeiras, pelo facto de serem mais intensivas neste tipo de capital. Em relação à variável setor de atividade colocam-se as seguintes hipóteses:

H₂: O **setor de atividade** é um fator determinante da divulgação de informação sobre o capital intelectual.

H₂₁: O **setor de atividade** é um fator determinante da divulgação de informação sobre o capital estrutural.

H₂₂: O **setor de atividade** é um fator determinante da divulgação de informação sobre o capital relacional.

H₂₃: O **setor de atividade** é um fator determinante da divulgação de informação sobre o capital humano.

c) Idade da Organização

A idade pode representar a capacidade de uma organização se manter e até aferir a estratégia adotada ao longo dos anos que lhe conferiu a sobrevivência e expansão. À semelhança de Sonnier, Carson e Carson (2007), este estudo determina a idade das organizações como a diferença entre o ano do estudo e o ano da constituição das mesmas.

White, Lee e Tower (2007), no seu estudo dedicado às entidades biotecnológicas, consideram a antiguidade como fator determinante de divulgação de informação sobre capital intelectual. Uma organização já instalada no mercado há alguns anos supõe-se numa posição económico-financeira mais confortável do que aquelas que foram constituídas recentemente. O prestígio e o relacionamento com os *stakeholders* tornam-se um factor competitivo e simultaneamente, um sentido de compromisso de transparência perante os mesmos. A estabilidade da empresa pode promover um nível de divulgação superior. Tendo em conta a variável idade da organização, consideram-se as seguintes hipóteses:

H₃: A **idade** de uma organização está positivamente relacionada com o grau de divulgação de informação relativa ao capital intelectual.

H₃₁: A **idade** de uma organização está positivamente relacionada com o grau de divulgação de informação relativa ao capital estrutural.

H₃₂: A **idade** de uma organização está positivamente relacionada com o grau de divulgação de informação relativa ao capital relacional.

H₃₃: A **idade** de uma organização está positivamente relacionada com o grau de divulgação de informação relativa ao capital humano.

d) Coeficiente de Endividamento

De acordo com Whiting e Woodcock (2009), as organizações com elevado nível de endividamento têm incentivo em tornar a divulgação de informação sobre capital intelectual, como prática corrente, com o intuito de reduzir os custos de agência. Neste sentido, White, Lee e Tower (2007) encontraram uma relação positiva significativa entre o nível de divulgação de informação sobre capital intelectual e o nível de endividamento de uma organização. Contrariamente, Oliveira, Rodrigues e Craig (2006) não verificaram a existência de relação entre estas duas variáveis.

Assim, considerando a variável coeficiente de endividamento, colocam-se as seguintes hipóteses:

H₄: O **coeficiente de endividamento** de uma organização está positivamente relacionado com o grau de divulgação de informação relativa ao capital intelectual.

H₄₁: O **coeficiente de endividamento** de uma organização está positivamente relacionado com o grau de divulgação de informação relativa ao capital estrutural.

H₄₂: O **coeficiente de endividamento** de uma organização está positivamente relacionado com o grau de divulgação de informação relativa ao capital relacional.

H₄₃: O **coeficiente de endividamento** de uma organização está positivamente relacionado com o grau de divulgação de informação relativa ao capital humano.

Os dados objeto do estudo foram extraídos dos relatórios e contas de 2009, das organizações que integram a amostra. De facto, os relatórios e contas têm sido usados como fonte privilegiada de recolha de dados por diversos autores (e.g.: JOSHI *et al.*, 2013; BHASIN, 2011; NA; DAVEY, 2010; KHAN; ALI, 2010; RITTA; ENSSLIN; RONCHI, 2010; DAVEY; SHREIDER; DAVEY, 2009; ABEYSEKERA, 2007; OLIVEIRA; RODRIGUES; CRAIG, 2006; ABEYSEKERA; GUTHRIE, 2005; GOH; LIM, 2004; BOZZOLAN; FAVOTTO; RICCERI, 2003; BONTIS, 2003; BRENNAN, 2001; GUTHRIE; PETTY, 2000), por duas razões fundamentais: porque se trata de um documento capaz de reter e apresentar detalhes para os quais não existe outro documento idêntico que, obrigatoriamente, divulgue o mesmo tipo de informação e porque muitos autores que investigaram temas relacionados ou iguais, apenas mudando a realidade nacional e/ou temporal, optaram por este documento.

Assim, a partir dos relatórios e contas, efetuou-se a recolha e categorização das frases relacionadas com o capital intelectual neles contidos. Para o efeito, usou-se a análise de conteúdo. Em relação a este tema a análise de conteúdo passa por uma descrição empírica da divulgação de informação sobre capital intelectual nos relatórios anuais de organizações de um determinado país (NA; DAVEY; EGGLETON, 2011; NA; DAVEY, 2010; KAMATH, 2008; ABEYSEKERA; GUTHRIE, 2005; SHAREEF; DAVEY, 2005; BOZZOLAN; FAVOTTO; RICCERI, 2003; BRENNAN, 2001; GUTHRIE; PETTY, 2000) ou através de estudos comparativos entre países (DAVEY; SHREIDER; DAVEY, 2009; BOZZOLAN; REGAN; RICCERI, 2006; GUTHRIE; PETTY; RICCERI, 2006; VANDEMAELE; VERGAUWEN; SMITS, 2005). Para efeito da realização da análise de conteúdo, no presente estudo, foram definidas três categorias de capital intelectual (correspondentes às componentes capital estrutural, capital relacional e capital humano) e vinte e quatro subcategorias.

A fase seguinte do estudo, de acordo com Campbell e Rahman (2010), corresponde a uma comparação entre variáveis sem relacionamento direto com o capital intelectual, mas que podem ser fatores relevantes na divulgação deste tipo de informação, nomeadamente: a dimensão, o setor de atividade, a propriedade/estrutura, a idade e a nacionalidade.

Com base nos resultados da análise de conteúdo e visando a aplicação da regressão logística, foram definidos três índices/ *ratios*, que permitiram construir as séries de dados. O uso de índices é frequente na literatura (e.g. NA; DAVEY, 2010; SHAREEF; DAVEY, 2005; ALVES, 2005) Assim, no quadro 1, é apresentada a denominação e respetiva definição operacional dos *ratios*. Como variável dependente da regressão foi utilizado o logaritmo natural de cada índice.

Quadro 1 – Denominação e definição operacional dos *ratios* adotados para a aplicação da regressão logística

Índice	Definição Operacional
1	<i>Ratio</i> entre o número de divulgações de uma determinada empresa, relativas a uma dada categoria de capital intelectual e o número total de divulgações sobre capital intelectual efetuadas por essa mesma empresa.
2	<i>Ratio</i> entre o número de divulgações de uma determinada empresa, relativas a uma dada categoria de capital intelectual e o número total de divulgações dessa categoria efetuadas pela totalidade das empresas.
3	<i>Ratio</i> entre o número de divulgações relativas a uma determinada categoria de capital intelectual efetuada por uma dada empresa e o número total de divulgações sobre capital intelectual efetuadas pela totalidade das empresas.

Fonte: Adaptado de Alves (2005)

Os vetores das variáveis independentes (dimensão, idade e coeficiente de endividamento) foram construídos manualmente e os dados extraídos dos relatórios e contas, de acordo com a definição de cada variável. Assim, na definição de cada variável independente, optou-se por elementos que se apresentam como o mais fiáveis possível para cada *proxy*.

Para testar as hipóteses definidas, à semelhança de Alves (2005), usou-se o método estatístico de previsão designado regressão logística. Foram definidas duas variáveis: uma dependente e outra independente, de acordo com o modelo construído. Neste caso específico, a primeira assumirá o vetor de cada índice selecionado e a segunda será o vetor definido para cada fator explicativo definido *a priori*, nas hipóteses formuladas.

A variável setor de atividade pela sua natureza qualitativa é analisada descritivamente. As restantes variáveis explicativas à luz dos valores obtidos pela aplicação da regressão logística são analisadas estatisticamente, com especial enfoque no sinal dos coeficientes e valor dos *p-values* fornecidos. No ponto seguinte são evidenciados e comentados os resultados obtidos.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da análise de conteúdo aplicada aos relatórios e contas, especificamente aos relatórios de gestão, das organizações que integram a amostra revelam que é prática das mesmas divulgarem informação sobre capital intelectual. Parece, assim, que tal como defendem Guthrie e Petty (2000), as organizações têm consciência da importância da divulgação de informação sobre capital intelectual, no meio onde atuam. No entanto, os resultados do estudo levado a cabo por Bhasin (2011) contrastam com esta situação, pois o autor verificou que era quase negligenciável a divulgação sobre capital intelectual efetuada pelas empresas da sua amostra. A tabela 1 evidencia o número de frases divulgadas por cada categoria de capital intelectual.

Tabela 1 - N.º de frases divulgadas por cada categoria de capital intelectual e percentagem face ao total de divulgações

Categorias	Nº de Frases	Percentagem face ao total
Capital Estrutural	232	20,21%
Capital Relacional	754	65,68%
Capital Humano	162	14,11%
Total	1148	100,00%

Fonte: Elaboração Própria

Os resultados encontrados são consistentes com os de Guthrie, Petty e Ricceri (2006); Oliveira, Rodrigues e Craig (2006); Abeysekera e Guthrie (2005); Bozzolan, Favotto e Ricceri (2003); Brennan (2001); e Guthrie e Petty (2000). O capital relacional é a categoria com maior número de divulgações de informação sobre capital intelectual, seguida do capital estrutural, sendo o capital humano a categoria com o menor número de divulgações desta natureza. Esta situação, no entanto, diverge da encontrada por Khan e Ali (2010) no seu estudo, cuja amostra é constituída por organizações do setor da banca comercial. A tabela 2 evidencia os elementos descritivos da amostra.

Tabela 2 – Elementos descritivos da amostra

Nº de organizações da amostra	14
Nº médio de elementos divulgados por organização	82
Nº de subcategorias	24
Nº máximo de subcategorias com divulgações, por organização	17
Nº mínimo de subcategorias com divulgações por organização	1

Fonte: Adaptado de Guthrie, Petty e Ricceri (2006) e Khan e Ali (2010)

Como referido anteriormente, a amostra é constituída por catorze organizações, pertencentes aos setores da banca comercial, tecnológico e das telecomunicações. As organizações apresentam, em média, nos relatórios analisados, oitenta e duas frases relativas a capital intelectual, tendo um mínimo de uma subcategoria com divulgações e um máximo de dezassete. Entre as subcategorias definidas (em Apêndice), quatro não apresentam qualquer frase. Ou seja, nenhuma das organizações da amostra divulgou informação sobre estas subcategorias, pertencentes à categoria de capital estrutural (*Copyrights*) e à categoria de capital relacional (Canais de Distribuição, Acordos de Licenciamento e Contratos Favoráveis). O quadro 2 apresenta o número de frases, divididas pelas categorias identificadas de capital intelectual, separadas por tipo de organização.

Quadro 2 - Comparação do n.º de frases entre organizações financeiras e não financeiras

	Organizações Financeiras	Organizações não Financeiras
Capital Estrutural	95	137
Capital Relacional	472	282
Capital Humano	99	63
Capital Intelectual	666	482

Fonte: Elaboração Própria

Verifica-se que as organizações não financeiras que integram a amostra, apenas superam o número de frases divulgadas relativamente à categoria de capital estrutural. As restantes categorias de capital intelectual reuniram maior número de frases nas organizações financeiras da amostra, ou seja, os resultados deste estudo demonstram que, ao contrário do esperado e dos resultados do estudo de Bruggen, Vergauwen e Dao (2009), os setores mais dependentes deste tipo de capital foram aqueles que menos informações divulgaram, o que, por outro lado, é consistente com os resultados apurados por Bozzolan, Favotto e Ricceri (2003) e Bozzolan, O'Regan e Ricceri (2006) e Petty e Cuganesan (2006).

Observando os resultados da análise de conteúdo por setor de atividade, verifica-se que é no setor das telecomunicações que está inserida a organização, que divulga o maior número de frases sobre capital intelectual. Esta situação é consistente com os resultados obtidos por Kamath (2008) que defende que os ativos tangíveis dos setores de atividade tradicionais perderam relevância em contrapartida dos ativos característicos dos setores emergentes como o tecnológico e o das telecomunicações.

A variável setor de atividade, pela sua natureza qualitativa, não foi alvo de regressão logística. Contudo, apenas, pelos resultados da análise de conteúdo, considera-se que, com base na amostra selecionada, não se verifica a hipótese de serem os setores mais capital intelectual intensivos os que divulgam mais informação sobre este tipo de capital como um todo, ou sobre qualquer um dos seus componentes (categorias).

Seguidamente analisam-se de forma detalhada, os resultados alcançados com a aplicação da regressão logística, para cada uma das variáveis explicativas em estudo. Os coeficientes e os *p-values* obtidos através da regressão são estimados para um grau de significância de 5% e operacionalizados através da ferramenta de Análise de Dados do programa Excel 2007.

A variável independente dimensão foi definida recorrendo a três *proxies*: o ativo líquido, o volume de negócios e o número de trabalhadores. Ao definir a dimensão através do vetor ativo líquido e o vetor volume de negócios/valor das prestações de serviços, uma das empresas não foi considerada, pelo facto de apresentar valor negativo e valor zero, respectivamente.

Tendo em conta as três definições operacionais distintas e para o índice 2 não se encontrou qualquer relação estatisticamente significativa, pois os *p-values* são sempre superiores a 0.05. Ou seja, não existe evidência estatística de que as hipóteses H_{11} , H_{12} e H_{13} se verifiquem, o que é consistente com o estudo de Bukh *et al* (2005). No entanto, para os índices 1 e 3, verifica-se a existência de relações estatisticamente significativas entre a dimensão medida pelo volume de negócios e a divulgação sobre capital humano (hipótese H_{13}). Para o índice 1 verifica-se, ainda, uma relação estatisticamente significativa entre a dimensão medida pelo número de trabalhadores e a divulgação de informação sobre o capital relacional (hipótese H_{12}). Verifica-se que embora as relações nem sempre sejam estatisticamente significativas, o sinal das relações é, na maioria dos casos, positivo. Esta situação está em consonância com as hipóteses em estudo.

Quanto à variável idade da organização, os *p-values* são sempre superiores a 0.05 pelo que não existe evidência estatística de que as hipóteses H_{31} , H_{32} e H_{33} se verifiquem. Ou seja, com base na amostra considerada, não foi possível encontrar uma relação estatisticamente significativa entre esta variável e qualquer das categorias de capital intelectual.

A variável independente coeficiente de endividamento foi definida (tal como, por exemplo, ALVES, 2005), pelo *ratio* entre o valor total de dívida remunerada e o total de capitais próprios, para cada organização. O sinal dos coeficientes obtidos é positivo, na maioria dos casos, o que evidencia uma relação positiva entre esta variável e o grau de divulgação de informação relativa ao capital intelectual, de acordo com a hipótese em estudo. Porém, os *p-values* fornecidos pela regressão logística são, em geral, superiores a 0.05. Ou seja, não existe evidência estatística de que as hipóteses H_{42} e H_{43} se verifiquem. Desta forma, com base nos resultados obtidos, verifica-se que a variável coeficiente de endividamento não está positivamente relacionada com o grau de divulgação de informação relativa a capital relacional e a capital humano, para a amostra em estudo. Apenas a hipótese H_{41} para o índice 3, obteve um *p-value* inferior a 0.05 pelo que existe evidência estatística de que, para a amostra em estudo, o coeficiente de endividamento está relacionado com o grau de divulgação de informação relativa ao capital estrutural.

Finalmente, o capital intelectual quando analisado de forma agregada, permite verificar que o sinal das relações entre as variáveis definidas é, quase sempre, positivo. Consta-se, no entanto, a inexistência de qualquer relação estatisticamente significativa entre essas variáveis e a divulgação de informação sobre capital intelectual.

5 CONCLUSÃO

Na época atual é atribuído grande destaque ao capital intelectual e ao modo como da sua gestão podem advir vantagens competitivas. Apenas as organizações que desenvolvem uma gestão eficiente deste tipo de capital, conseguirão manter-se no mercado. A partir do momento em que as economias tradicionais se tornaram economias baseadas no capital intelectual, surgiram novos ativos sem expressão no valor contabilístico de uma organização. Como tal, acentuou-se a diferença entre este valor e o valor de mercado da organização.

Muitos estudos têm incidido sobre a forma como as organizações divulgam informação sobre o capital intelectual. Guthrie e Petty (2000) estabeleceram um padrão de análise de divulgação de informação sobre capital intelectual que foi adotado no presente estudo. A revisão de literatura efetuada evidencia a necessidade de criar um modelo comum de divulgação de informação sobre o capital intelectual para que a informação seja comparável.

Este trabalho oferece novos contributos ao estudo da divulgação de informação sobre capital intelectual, pois permite o aprofundamento do conhecimento relativamente às práticas de divulgação de informação sobre capital intelectual, por parte das empresas que constituem a amostra, as quais desempenham um papel relevante, pelo menos, no contexto nacional.

Assim, com o objectivo de identificar tendências e fatores explicativos da divulgação de informação sobre capital intelectual, desenvolveu-se um estudo empírico com recurso ao método da análise de conteúdo. Os objetos da análise foram os relatórios de gestão de catorze organizações pertencentes a três setores de atividade (banca comercial, tecnológico e das telecomunicações), referentes ao exercício económico de 2009. Foi analisada a relação entre a dimensão, o setor de atividade, a idade e o coeficiente de endividamento das organizações e o nível de divulgação de informação sobre capital intelectual.

Verificou-se a existência de relação estatisticamente significativa entre a dimensão da organização e o capital humano e o capital relacional e, também, entre o coeficiente de endividamento e o nível de divulgação de informação sobre o capital estrutural. Ao estudar a divulgação de informação sobre capital intelectual de forma agregada, os resultados obtidos pela aplicação da regressão logística não confirmaram qualquer relação estatisticamente significativa entre as variáveis definidas e a divulgação de informação sobre capital intelectual. Apesar de as relações não apresentarem significância estatística, os *outputs* alcançados encontram-se muito perto da regra de decisão.

Ao contrário de Striukova, Unerman e Guthrie (2008), os resultados deste estudo não suportam a expectativa de que os setores mais intensivos em capital intelectual, pela sua natureza, sejam aqueles que apresentam maior nível de divulgação de informação sobre este tipo de capital.

Constata-se a existência de divulgação de informação sobre capital intelectual por parte das organizações que constituem a amostra. Contudo, a necessidade de harmonização das práticas de divulgação de informação relativa ao capital intelectual é imperativa, já que a satisfação das necessidades dos *stakeholders* não tem sido suficiente para que as organizações adotem um modelo de divulgação comum. As entidades reguladoras deveriam intervir neste sentido (WHITING; MILLER, 2008).

As conclusões alcançadas no presente estudo devem ser interpretadas tendo em conta limitações evidentes como, a reduzida dimensão da amostra utilizada, pois a bolsa portuguesa

é, também, de reduzida dimensão e o facto de a informação analisada se referir a, apenas, um exercício económico.

Assim, em estudos futuros, pretende-se aumentar a dimensão da amostra incluindo outros setores de atividade e estender a análise a pelo menos mais dois períodos para perceber a consistência das conclusões retiradas. E, mais tarde, efectuar estudo semelhante com organizações de outros países, de forma a permitir a comparação com essas realidades.

REFERÊNCIAS

ABEYSEKERA, I. Intellectual capital reporting differences between a developed and developing nation. **Journal of Intellectual Capital**, v. 8, n. 2, p. 329-345, 2007. DOI: 10.1108/14691930710742871

ABEYSEKERA, I.; GUTHRIE, J. An empirical investigation of annual reporting trends of intellectual capital in Sri Lanka. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 16, p. 151-163, 2005. DOI: 10.1016/S1045-2354(03)00059-5

ALVES, T. **A importância da divulgação da informação sobre o risco do negócio** [Texto policopiado]. Lisboa: [s.n.], 634 p.. Tese de Doutoramento em Gestão, Especialidade em Contabilidade, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE, Lisboa, 2005.

AN, Y.; DAVEY, H.; EGGLETON, I. R. C. The Effects of Industry Type, Company Size and Performance on Chinese Companies' IC Disclosure: A Research Note, **Australasian Accounting Business and Finance Journal**, v. 5, n. 3, p. 107-116. 2011.

BHASIN, M. L. Intellectual capital disclosure scenario of IT Corporations. **Review of Economics and Finance**, ISSN: 1923-7529; 1923-8401, Academic Research Centre of Canada, 2011.

BEATTIE, V.; THOMSON, S. Lifting the Lid on the Use of Content Analysis to Investigate Intellectual Capital Disclosures. **Accounting Forum**, n. 31, p. 129-163. 2007. DOI: 10.1080/0969160X.2013.766416

BONTIS, N. Intellectual capital disclosures in Canadian corporations. **Journal of Human Resource Costing and Accounting**, v. 7, n. 1/2, p. 9-20. 2003. DOI: 10.1108/eb029076

BOZZOLAN, S., FAVOTTO, F.; RICCERI, F. Italian annual intellectual disclosure. **Journal of Intellectual Capital**, v. 4, n. 4, p. 543-558. 2003. DOI: 10.1108/14691930310504554

BOZZOLAN, S., O'REGAN P.; RICCERI, F. Intellectual capital disclosure (ICD). A comparison of Italy and the UK. **Journal of Human Resource Costing and Accounting**, v. 10, n. 2, p. 92-113. 2006. DOI: 10.1108/14013380610703111

BRENNAN, N. Reporting intellectual capital in annual reports: evidence from Ireland. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 14, n. 4, p. 423-436. 2001. DOI: 10.1108/09513570110403443

BRUGGEN, A., VERGAUWEN, P. & DAO, M. Determinants of intellectual capital disclosure: evidence from Australia. **Management Decision**, v. 47, n. 2, p. 233-245. 2009. DOI: 10.1108/00251740910938894

BUKH, P. N. The relevance of intellectual capital disclosure: a paradox?. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 16, n. 1, p. 49-56. 2003. DOI: 10.1108/09513570310464273

BUKH, P. N., NIELSEN, C., GORMSEN, P.; MOURITSEN, J. Disclosure of information on intellectual capital in Danish IPO prospectuses. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 18, n. 6, p. 713-732. 2005. DOI: 10.1108/09513570510627685

CAMPBELL, D. & RAHMAN, M. A longitudinal examination of intellectual capital reporting in Marks & Spencer annual reports, 1978–2008. **The British Accounting Review**, v. 42, n.1, p. 56-70. 2010. DOI: 10.1016/j.bar.2009.11.001

CUGANESAN, S., PETTY, R.; FINCH, N. Intellectual Capital Reporting: A User Perspective. **Academy of Accounting and Financial Studies**, Spring International Conference, New Orleans, USA. 2006.

DAVEY, J.; SCHNEIDER, L.; DAVEY, H. Intellectual capital disclosure and the fashion industry. **Journal of Intellectual Capital**, v. 10, n. 3, p. 401-424. 2009. DOI 10.1108/14691930910977815

EUROPEAN COMMISSION. **Mobilising the brainpower of Europe: Enabling universities to make their full contribution to the Lisbon Strategy**. COM (2005) 152 Final Brussels. 2005.

GOH, P. C. & LIM, K. P. Disclosing intellectual capital in company annual reports: evidence from Malaysia. **Journal of Intellectual Capital**, v. 5, n. 3, p. 500-510. 2004. DOI: 10.1108/14691930410550426

GOMES, P., SERRA, S.; FERREIRA, E. Medida e Divulgação do Capital Intelectual: As Empresas Portuguesas Cotadas na Euronext. **Revista del Instituto de Custos**, n. 1, p. 88-115. 2007.

GUTHRIE, J. e PETTY, R. Intellectual capital: Australian annual reporting practices. **Journal of Intellectual Capital**, v. 1, n. 3, p. 241-251. 2000. DOI: 10.1108/14691930010350800

GUTHRIE, J., PETTY, R., YONGVANICH, K.; RICCERI, F. Using content analysis as a research method to inquire into intellectual capital reporting. **Journal of Intellectual Capital**, v. 5, n. 2, p. 282-293. 2004. DOI: 10.1108/14691930410533704

GUTHRIE, J., PETTY, R.; RICCERI, F. The Voluntary Reporting of Intellectual Capital: Comparing Evidence from Hong Kong and Australia, **Journal of Intellectual Capital**, v. 7, n. 2, p. 254-271. 2006. DOI: 10.1108/14691930610661890

HOLLAND, J. Corporate Value Creation, Intangibles, and valuation: a dynamic model of corporate value creation and disclosure. In: Conferência de la European Accounting Association, Atenes, Abril, 2001. **Anais...**, 2001.

HOLLAND, J.; JOHANSON, U. Value-relevant information on corporate intangibles creation, use, and barriers in capital markets - 'between a rock and a hard place', **Journal of Intellectual Capital**, v. 4, n. 4, p. 461-82. 2003. DOI: 10.1108/14691930310504518

JARDON, C. M. e MARTOS, M. S. Intellectual capital as competitive advantage in emerging clusters in Latin America. **Journal of Intellectual Capital**, v. 13, n. 4, p. 462-481, 2012. DOI 10.1108/14691931211276098

JOSHI, M.; CAHILL, D.; SIDHU, J.; KANSAL, M. Intellectual capital and financial performance: an evaluation of the Australian financial sector. **Journal of Intellectual Capital**, v. 14 n. 2, p. 264-285. 2013. DOI 10.1108/14691931311323887.

KAMATH, G. B. Intellectual capital and corporate performance in Indian pharmaceutical industry. **Journal of Intellectual Capital**, v. 9, n. 4, p. 684-704. 2008. DOI: 10.1108/14013380810919859

KHAN, Md. e ALI, Md. An empirical investigation and users' perceptions on intellectual capital reporting in banks - Evidence from Bangladesh. **Journal of Human Resource Costing & Accounting**, v. 14, n. 1, p. 48-69. 2010. DOI: 10.1108/14013381011039799

LEÓN, Y. M; GARZA, M. L. R. Importancia Estratégica del Capital Intelectual en la Industria Manufacturera da la Región Sureste del Estado de Coahuila, México. Global Conference on Business and finance. **Proceedings...**, v. 8, n. 1, p. 917-924, 2013.

LEV, B.. **Intangibles: Management, Measurement and Reporting**. The Brookings Institution, Washington, DC.. 2001.

MARR, B., ROSS, G., NEELY, A.; PIKE, S., GUPTA, O. Hacia la tercera generación en la medición de resultados. **Medición Control y Gestión de los Intangibles**, Ediciones Deusto, Barcelona: 31-46. 2004,

MATOS, F.;LOPES, A.. Gestão do Capital Intelectual: A nova vantagem competitiva das organizações. **Comportamento Organizacional e Gestão**, v. 14, n. 2, p. 233-245. 2008.

MITCHELL, J., CHIA, C.; LOH, S. Voluntary disclosure of segment information: further Australian evidence. **Accounting & Finance**, v. 35, n. 2, p. 1-13. 1995. DOI: 10.1111/j.1467-629X.1995.tb00283.x.

MOHD-SALEH, N. e RAHMAN, M. Ownership Structure and Intellectual Capital Performance in Malaysia. **Asian Academy of Management Journal of accounting and Finance**, v. 5, n. 1, p. 1-29. 2009. DOI: 10.4018/978-1-4666-2952-3.ch022

MOURITSEN, J., BUKH, N.; BANG, H. Understanding Intellectual Capital in an Innovative Medium-Sized Firm: The Case of Maxon Telecom, **Australian Accounting Review**, v. 15, n. 2, p. 30-39. 2005. DOI: 10.1111/j.1835-2561.2005.tb00290.x

NAZARI, J. A. e HERREMANS, I. M. Extending VAIC model: measuring intellectual capital components. **Journal of Intellectual Capital**, v. 8, n. 4, p. 595-609, 2007. DOI 10.1108/14691930710830774.

OLIVEIRA, L.; RODRIGUES, L.; CRAIG, R. Firm-specific determinants of intangibles reporting: evidence from the portuguese stock market. **Journal of Human Resource Costing & Accounting**, v. 10, n. 1, p. 11-33. 2006. DOI: 10.1108/14013380610672657

OLIVERAS, E.; GOWTHORPE, C.; KASPERSKAYA, Y.; PERRAMON, J. Reporting intellectual capital in Spain. **Corporate Communications**, v. 13, n. 2, p. 168-181. 2008. DOI: 10.1108/13563280810869596

ÓRDONEZ DE PABLOS, P. Evidence of intellectual capital measurement from Asia, Europe and the Middle East. **Journal of Intellectual Capital**, v. 3, n. 3, p. 287-302. 2002. DOI: 10.1108/14691930210435624

PETTY, R.; CUGANESAN, S. Voluntary disclosure of intellectual capital by Hong Kong countries: examining size, industry and growth effects over time. **Australian Accounting Review**, v. 15, n. 2, p. 40-50. 2006. DOI: 10.1111/j.1835-2561.2005.tb00291.x

PETTY, R.; RICCERI, F.; GUTHRIE, J. Intellectual capital: a user's perspective. **Management Research News**, v. 31, n. 6, p. 434-447. 2008. DOI: 10.1108/01409170810876035

RAMÍREZ, Y.; LORDUY, C.; ROJAS, J.A. Intellectual capital management in Spanish universities. **Journal of Intellectual Capital**, v. 8, n. 4, p. 732-748. 2007. DOI 10.1108/14691930710830873.

RICCERI, F. **Intellectual Capital and Knowledge Management**. Routledge, UK. 2008.

RITTA, C. O.; ENSSLIN, S. R.; RONCHI, S. H. A evidencição dos ativos intangíveis nas empresas brasileiras: empresas que apresentaram informações financeiras à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)** ISSN 1677-7387. v. 9, n. 1, p. 62-75, Maio/2010.

ROBB, S.; SINGLE, L.; ZARZESKI, T. Nonfinancial disclosures across Anglo-American countries. **Journal of International Accounting, Auditing & Taxation**, n. 10, p. 71-83. 2001. DOI: 10.1016/S1061-9518(01)00036-2

SHAREEF, F.; DAVEY, H. Accounting for intellectual capital: evidence from listed English football clubs, **Journal of Applied Accounting Research**, vol.7, no.3, p. 78-116. 2005.

SEETHARAMAN, A.; SOORIA, B.; SARAVANAN, A. Intellectual capital accounting and reporting in the knowledge economy. **Journal of Intellectual Capital**, v. 3, n. 2, p. 128-148. 2002. DOI: 10.1108/14691930210424734

SONNIER, M.; CARSON, D.; CARSON P. Accounting for intellectual capital: The relationship between profitability and disclosure. **J. Appl. Manage. Entrepreneurship**, v. 12, n. 2, p. 3-14. 2007.

STRIUKOVA, L.; UNERMAN, J.; GUTHRIE, J. Corporate reporting of intellectual capital: evidence from UK companies, **The British Accounting Review**, n. 40, p. 297-313. 2008. DOI: 10.1016/j.bar.2008.06.001

STEWART, T. A. **Intellectual capital: The new wealth of nations**. Doubleday: Nova Iorque. 1997.

UNIÃO EUROPEIA. REGULAMENTO (CE) N.º 1126/2008 da COMISSÃO de 3 de Novembro de 2008. Norma Internacional de Contabilidade 38, Jornal Oficial da União Europeia, L 320/481, 29 de Novembro de 2008.

VANDEMAELE, S.; VERGAUWEN, P.; SMITS A. Intellectual capital disclosure in the Netherlands, Sweden and the UK: a longitudinal and comparative study, **Journal of Intellectual Capital**, v. 6, n. 3, p. 417-427. 2005. DOI: 10.1108/14691930510611148

WILLIAMS, S. Are Intellectual Capital Performance and Disclosure Practices Related?, **Journal of Intellectual Capital**, v. 2, n. 3, p. 192-203. 2001. DOI: 10.1108/14691930110399932

WHITE, G.; LEE, A.; TOWER, G. Drivers of voluntary intellectual capital disclosure in listed biotechnology companies. **Journal of Intellectual Capital**, v. 8, n. 3, p. 517-537. 2007. DOI: 10.1108/14691930710774894

WHITING, R. H.; MILLER, J. C. Voluntary disclosure of intellectual capital in New Zealand annual reports and the "hidden value". **Journal of Human Resource Costing and Accounting**, v. 12, n. 1, p. 26-50. 2008. DOI: 10.1108/14013380810872725

WOODCOCK, J.; WHITING, R. Intellectual capital disclosures by Australian companies. of In: Accounting and Finance Association of Australia and New Zealand Conference. **Proceedings**, AFAANZ. 2009. DOI: 10.1108/14691931211276142

APÊNDICE
Resultados por subcategorias e respectivos elementos

Subcategorias	Total	Percentagem face à categoria	Percentagem face ao Total
Capital Estrutural			
Propriedade Intelectual	27	11,64%	2,35%
Patentes, Marcas Registradas	6	2,59%	0,52%
Copyrights	0	0,00%	0,00%
Filosofia de Gestão	25	10,78%	2,18%
Cultura Organizacional	17	7,33%	1,48%
Processos de Gestão	87	37,50%	7,58%
Sistemas de Informação	36	15,52%	3,14%
Sistemas de Rede	34	14,66%	2,96%
Subtotais	232	100,00%	20,21%
Capital Relacional			
Clientes	334	44,30%	29,09%
Marcas	126	16,71%	10,98%
Canais de Distribuição	0	0,00%	0,00%
Parcerias	80	10,61%	6,97%
Acordos de Licenciamento	0	0,00%	0,00%
Contratos Favoráveis	0	0,00%	0,00%
Franchising	1	0,13%	0,09%
Relações Financeiras	19	2,52%	1,66%
Relações c/ Fornecedores	1	0,13%	0,09%
Responsabilidade Social	193	25,60%	16,81%
Subtotais	754	100,00%	65,68%
Capital Humano			
Know-how	8	4,94%	0,70%
Habilitações Literárias	8	4,94%	0,70%
Qualificação Vocacional	5	3,09%	0,44%
Competências Laborais	87	53,70%	7,60%
Conhecimento Laboral	17	10,49%	1,48%
Ambiente de Trabalho	37	22,84%	3,23%
Subtotais	162	100,00%	14,15%